

Relatório do Conselho Administração

Senhores Acionistas:
Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. o relatório da administração, as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores independentes, referentes às atividades da Zurich Santander Brasil Seguros S.A. relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto aos pronunciamentos e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) referendados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), e que estão sendo apresentadas segundo os critérios estabelecidos pela Circular SUSEP nº 517, de 30 de julho de 2015, incluindo as alterações efetuadas pela Circular SUSEP nº 521, de 24 de novembro de 2015 que passaram a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2016, as Circulares SUSEP nº 543 de 22 de dezembro de 2016 e nº 544 de 27 de dezembro de 2016 que passaram a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2017 e pela Circular SUSEP nº 561 de 22 de dezembro de 2017 que passou a vigorar a partir da data da publicação. Na elaboração das presentes demonstrações financeiras foi observado o modelo de publicação contido na Circular SUSEP nº 517 de 30 de julho de 2015.

Conjuntura Econômica
Os dados recentes de atividade econômica mostram a retomada do crescimento econômico. As projeções dos analistas para o crescimento do PIB estão em 1,00% para 2017 e 2,70% para 2018. De ponto de vista de inflação, os dados recentes se encontram abaixo da meta de inflação de 4,50%, principalmente pela queda dos preços de alimentos. As expectativas de inflação se encontram ancoradas e abaixo das metas de inflação. As projeções dos analistas para o IPCA estão em

2,78% para 2017 e 3,96% para 2018. Nas contas externas, as expectativas para o superávit comercial é de USD 66bilhões para 2017 e USD 52bilhões para 2018. Já para o fluxo de investimento direto, as projeções apontam USD 20bilhões para 2017 e 2018.

Do ponto de vista da política monetária, as expectativas são de que o Banco Central irá reduzir a taxa de juros para 6,75% em 2018 e mantê-la nesse nível pelo ano inteiro.

Desempenho Econômico-Financeiro
A Zurich Santander Brasil Seguros S.A. atingiu no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 um lucro líquido no valor de R\$167milhões (R\$161milhões em 31 de dezembro de 2016), patrimônio líquido de R\$173milhões (R\$152milhões em 31 de dezembro de 2016) e provisões técnicas de seguros de R\$373milhões (R\$359milhões em 31 de dezembro de 2016).

Política de Reinvestimento de Lucros e Política de Distribuição de Dividendos
O acionista terá direito a receber, a título de dividendos, um percentual do lucro líquido do exercício, de no mínimo 25%. A Assembleia Anual dos Acionistas pode deliberar sobre a declaração de dividendos sobre os lucros auferidos, com base em: (i) balanços patrimoniais ou reservas de lucros existentes no último balanço patrimonial anual ou semestral ou (ii) balanços patrimoniais emitidos em períodos inferiores a seis meses, desde que o total de dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o montante das reservas de capital. Esses dividendos são imputados integralmente aos dividendos obrigatórios. A Assembleia Geral poderá destinar à formação de reserva para equalização de dividendos, que será limitada a 50% do valor do capital social e terá por finalidade garantir recursos para pagamento de dividendos, inclusive na forma de juros sobre o

capital próprio, ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas, sendo que, uma vez atingido esse limite, poderá deliberar sobre o arredo, procedendo a sua distribuição aos acionistas; ou ao aumento do poder social; e/ou reter parcela dos lucros visando atender às necessidades de aplicação de capital estipuladas no orçamento da Zurich Santander Brasil Seguros S.A.. Os lucros não destinados nos termos deste artigo deverão ser distribuídos como dividendos.

Perspectivas
A Zurich Santander Brasil Seguros S.A. continuará expandindo seus negócios, aumentando seu volume de prêmios e mantendo sua forte atuação comercial, sempre com o contínuo foco na qualidade de atendimento aos clientes, na gestão de custos operativos e na qualidade e solidez do balanço. A principal estratégia é o crescimento dos negócios através dos lançamentos de produtos inovadores que contribuem de maneira positiva com nossos clientes, acionistas e com o desenvolvimento do mercado brasileiro de seguros.

Agradecimentos
Agradecemos aos nossos clientes, acionistas e parceiros de negócios pela confiança em nossa administração bem como aos nossos colaboradores, pela sua decisiva contribuição para a conquista dos resultados da Zurich Santander Brasil Seguros S.A.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2018.

O Conselho de Administração
A Diretoria Executiva

Demonstração dos Resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Nota Explicativa	2017	2016
Prêmios Emitidos		763.456	753.518
Variações das Provisões Técnicas de Prêmios		(10.283)	(77.064)
Prêmios Ganhos		753.173	676.454
Sinistros Ocorridos	19.1	(93.917)	(79.254)
Custos de Aquisição	19.2	(317.053)	(291.714)
Outras Receitas e Despesas Operacionais	19.4	(15.262)	(5.806)
Resultado com Operações de Resseguro	19.5	(7.436)	(464)
Receita com Resseguro		1.087	7.343
Despesa com Resseguro		(8.523)	(7.807)
Despesas Administrativas	20.1	(5.529)	(5.694)
Despesas com Tributos	20.2	(35.718)	(32.463)
Resultado Financeiro	20.3	27.057	28.386
Resultado Operacional		305.315	289.445
Resultados antes dos Impostos e Participações		305.315	289.445
Imposto de Renda	21.e	(75.388)	(70.984)
Contribuição Social	21.e	(62.887)	(57.632)
Lucro Líquido do Exercício		167.040	160.819
Quantidade de Ações (Mil)		70,284	70,284
Lucro por Ação – R\$		2,38	2,29

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração dos Resultados Abrangentes dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Nota Explicativa	2017	2016
Lucro Líquido do Exercício		167.040	160.819
Outros Resultados Abrangentes		3.056	6.942
Lucro Não Realizado com Títulos e Valores Mobiliários no Exercício		6.005	12.835
Resultado Realizado com Títulos e Valores Mobiliários no Exercício		(576)	(98)
Eleitos Tributários sobre Ajustes de Avaliação Patrimonial		(2.373)	(5.795)
Resultado Abrangente do Exercício		170.096	169.761

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Fluxo de Caixa Método Indireto dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Nota Explicativa	2017	2016
Atividades Operacionais			
Lucro Líquido do Exercício		167.040	160.819
Ajustes para:		7.494	18.876
Perda (Reversão da Perda) por Redução do Valor Recuperável dos Ativos	19.4	870	497
Reversão (Constituição) de Processos Judiciais e Adm. e Obrng. Legais	12.2	5.296	12.955
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos		1.259	5.424
Outros		69	—
Variação nas Contas Patrimoniais:		104.966	82.887
Ativos Financeiros		(24.746)	64.444
Créditos das Operações com Seguros e Resseguros		(14.940)	(77.614)
Ativos de Resseguro e Retrocessão – Provisões Técnicas		117	(1.064)
Títulos e Créditos a Receber		(6.998)	13.280
Créditos Fiscais e Previdenciários		2.613	(85)
Depósitos Judiciais e Fiscais		(4.382)	(15.034)
Custos de Aquisição Diferidos		2.557	(28.875)
Outros Valores e Bens		(350)	(45)
Impostos e Contribuições		135.107	89.192
Obrigações a Pagar e Outras Contas a Pagar		717	(53.782)
Débitos de Operações com Seguros e Resseguros		2.042	23.897
Depósitos de Terceiros		198	(10.431)
Provisões Técnicas – Seguros		13.455	83.757
Provisões Judiciais		(424)	(4.753)
Caixa Gerado/(Consumido) pelas Operações		279.500	262.582
Impostos de Renda e Contribuição Social Sobre Lucro Pago		(129.900)	(118.508)
Caixa Líquido Gerado (Consumido) nas Atividades Operacionais		149.600	144.074
Atividades de Financiamento			
Dividendos Pagos		(148.926)	(145.748)
Caixa Líquido Gerado (Consumido) nas Atividades de Financiamento		(148.926)	(145.748)
Aumento (Redução) Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa		674	(1.674)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício		3.457	5.131
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Exercício		4.131	3.457

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Caso a sinistralidade contabilizada, já considerando os valores de IBNR apurados conforme acima descrito, esteja num patamar atípico do comportamento esperado, a Seguradora poderá adotar o ajuste Bombshell-Fortiguar.

3.4.4. Provisão Complementar de Cobertura – PCC
A Provisão Complementar de Cobertura refere-se ao valor necessário para complementar as provisões técnicas, apurado no Teste de Adequação de Passivos (TAP). O TAP é elaborado utilizando métodos estatísticos e atuariais com base em considerações realistas, considerando a tábua de Mortalidade BR-EMS como experiência de mortalidade e premissas realistas de morbidade, sinistralidade e cancelamentos que melhor refletem a experiência atual observada para cada grupo. Para a projeção das despesas administrativas, foi adotado percentual específico da receita futura projetada para cada grupo de seguros.

3.4.5. Provisão de Despesas Relacionadas – PDR
A Seguradora constitui, de forma segregada das demais provisões de sinistros, a provisão de despesas relacionadas para a cobertura das despesas relacionadas ao pagamento de indenizações ou benefícios, e abrange tanto as despesas atribuídas individualmente a cada sinistro quanto aquelas que só podem ser relacionadas aos sinistros de forma agrupada.

3.4.6. Teste de Adequação de Passivos – TAP
Em conformidade com a Circular SUSEP nº 517/15, a Seguradora elaborou o teste de adequação de passivos para todos os contratos que atendam a definição de um contrato de seguro segundo o CPC 11 e que estão vigentes na data de execução do teste.

Este teste é realizado bruto de resseguro e verifica se as provisões técnicas registradas, líquidas de custos de aquisição diferidos e ativos intangíveis relacionados, estão adequadas às estimativas correntes dos fluxos de caixa futuros dos contratos e certificados em vigor na data base desta demonstração. Os fluxos de caixa foram estimados em periodicidade mensal. Para a realização do teste foram agrupadas as linhas de negócios com características semelhantes de risco e utilizou como premissas técnicas a tábua de Mortalidade BR-EMS como experiência de mortalidade e premissas realistas de morbidade, sinistralidade e cancelamentos que melhor refletissem a experiência atual observada para cada grupo. Para a projeção das despesas administrativas, foi adotado percentual específico da receita futura projetada para cada grupo de seguros.

Para o desconto dos fluxos de caixa projetados foi utilizada estrutura a termo da taxa de juros livre de risco definidas pela SUSEP, conforme indexador contratado.

Em 31 de dezembro de 2017 e em 31 de dezembro de 2016, o resultado do teste de adequação do passivo não apresentou a necessidade de constituição adicional de provisões técnicas.

3.5. Provisões e Passivos Contingentes
Com base no CPC 25, as provisões são reconhecidas pela Seguradora quando da existência de uma obrigação presente, legal ou não formalizada, resultante de um evento passado; sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação supracitada, baseada numa estimativa confiável do valor da obrigação.

As provisões para contingências são baseadas nas avaliações de risco de perda efetuadas pelos assessores jurídicos da Seguradora nos processos judiciais em que a Cia. figura como Ré. As ações judiciais são avaliadas e o risco de perda são estimados conforme os seguintes critérios, concomitantemente:

I – O direito invocado encontra-se amparado na norma jurídica vigente;

II – Análise sobre o conjunto probatório, se será suficiente para amparar o pedido e;

III – a existência de precedentes, permitindo confrontar decisões favoráveis e desfavoráveis bem como argumentos que sirvam de suporte a tais julgados.

Após avaliações, as ações judiciais são classificadas de acordo com o grau de risco de perda para a Seguradora: tais como: perda remota, perda possível e perda provável. Com base nessas classificações é dado o seguinte tratamento contábil:

• Perda provável = há decisão judicial parcial ou totalmente desfavorável aos interesses da empresa.

• Perda possível = ainda não há decisão judicial, mas é possível que a mesma venha a ser contrária aos interesses da empresa.

• Perda remota = há decisão judicial favorável aos interesses da empresa ou obrigação já foi devidamente cumprida.

Finalmente, ao ser prolatada decisão judicial que tenha impacto direto no valor contingenciado, o provisionamento deverá ser imediatamente revisado, de forma a adequar-se à nova orientação, alterando-se o risco progressivamente até a sua efetiva perda.

3.6. Resultado
O resultado do período é apurado pelo regime de competência.

Os prêmios de seguros e coseguros, deduzidos dos prêmios cedidos em coseguros e as comissões correspondentes são registrados quando da emissão das respectivas apólices/certificados/endossos e faturas, ou pelo início de vigência do risco para os casos em que o risco tem início antes da emissão e apropriados, em bases lineares, no decorrer do prazo de vigência das apólices, por meio de constituição e reversão da provisão de prêmios não ganhos (PPNG) e dos custos de aquisição diferidos (DAC).

As operações de coseguros aceitos, de retrocessões e resseguro são contabilizadas com base nas informações recebidas das Congêneres e da Mapfre RE, respectivamente.

Os custos de aquisição diferidos são apropriados ao resultado de acordo com a vigência das apólices.

4. Gestão de Riscos

A Seguradora possui uma estrutura de gestão de riscos que reflete o seu tamanho, natureza e complexidade. Esta estrutura é liderada pelo Chief Risk Officer, que é responsável por proporcionar uma visão clara, coesa e especializada quanto às aderências às políticas internas e externas definidas para os negócios, não só diagnosticando, mas também propondo, orientando e acompanhando os planos e as ações junto às áreas, de forma a mitigar os riscos/exposições da unidade de negócios local.

A estrutura de gestão de riscos, através de um conjunto de metodologias e ferramentas próprias, permite também identificar e avaliar se há riscos que a Seguradora se encontra exposta, que possam estar além do aceitável. Assim, é possível avaliar se há riscos que demandam uma estratégia de mitigação de forma a evitá-los, mitigá-los ou transferi-los.

O processo de gerenciamento de risco envolve diferentes departamentos e conta com a participação de todas as camadas da Seguradora que possuem papéis e responsabilidades relativos à gestão de riscos dentro de suas áreas de atuação. Essa abordagem permite a identificação dos riscos que possam ter um impacto significativo nas operações da Seguradora e também no seu desempenho financeiro e econômico. Caso estes riscos venham a se materializar, a Alta Administração tomará as medidas necessárias para restaurar e preservar a continuidade de suas operações e a sua posição financeira.

Os principais riscos decorrentes dos negócios da Seguradora são os Riscos de Crédito, Mercado, Operacional e Subscrição.

A estrutura de Gerenciamento de Risco é descrita mais detalhadamente nas próximas seções.

continua >

Balanços Patrimoniais dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Nota Explicativa	2017	2016		Nota Explicativa	2017	2016
Ativo Circulante		488.558	485.530	Passivo Circulante		562.877	534.573
Disponível		4.131	3.457	Contas a Pagar		126.533	118.877
Caixa e Bancos	3.2.1	4.131	3.457	Obrigações a Pagar		2.433	2.565
Aplicações	5	4.795	18.718	Impostos e Encargos Sociais a Recolher	11.1	26.858	23.334
Créditos das Operações com Seguros e Resseguros		321.803	307.733	Impostos e Contribuições	11.2	95.830	90.623
Prêmios a Receber	6.1	321.764	306.884	Outras Contas a Pagar		1.412	2.355
Operações com Seguradoras		39	39	Débitos de Operações com Seguros e Resseguros		63.058	61.016
Operações com Resseguradoras		39	810	Prêmios a Restituir		1.038	1.242
Ativos de Resseguro e Retrocessão		1.506	1.623	Operações com Resseguradoras		3.233	2.533
Títulos e Créditos a Receber		15.850	13.910	Corretores de Seguros e Resseguros	13	15.908	14.564
Títulos e Créditos a Receber	7	12.567	5.651	Outros Débitos Operacionais	14	42.879	42.677
Créditos Tributários e Previdenciários	8	2.047	7.105	Depósitos de Terceiros	15	712	514
Outros Créditos		1.236	1.154	Provisões Técnicas – Seguros		372.574	354.166
Outros Valores e Bens		420	70	Danos	16	372.574	354.166
Outros Valores		420	70	Passivo não Circulante		62.550	60.731
Despesas Antecipadas		2	—	Contas a Pagar		2.852	952
Custos de Aquisição Diferidos	10.1	140.051	140.019	Tributos Diferidos	21.d	2.852	952
Seguros		140.051	140.019	Provisões Técnicas – Seguros		—	4.953
Outros		309.732	261.467	Danos	16	—	4.953
Realizável a Longo Prazo		309.732	261.396	Outros Débitos		59.698	54.826
Aplicações	5	243.810	199.712	Provisões Judiciais	12.1	59.698	54.826
Títulos e Créditos a Receber		65.922	59.095	Patrimônio Líquido		172.863	151.693
Créditos Tributários e Previdenciários	8	12.101	9.656	Capital Social		77.961	75.267
Depósitos Judiciais e Fiscais	9	53.821	49.439	Reservas de Lucros		91.233	75.813
Custos de Aquisição Diferidos	10.1	—	2.589	Ajustes de Avaliação Patrimonial		3.669	613
Seguros		—	2.589			—	—
Intangível		—	71			—	—
Outros Intangíveis		—	71			—	—
Total do Ativo		798.290	746.997	Total do Passivo e Patrimônio Líquido		798.290	746.997

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração das Mutações de Patrimônio Líquido dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Nota Explicativa	Capital Social	Reservas de Lucros	Ajustes TVM	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015		75.267	60.742	(6.329)	—	129.680
Títulos e Valores Mobiliários		—	—	6.942	—	6.942
Lucro Líquido do Exercício		—	—	—	160.819	160.819
Proposta para Distribuição do Resultado:		—	—	—	—	—
Reserva de Lucros a Realizar		—	160.819	—	(160.819)	—
Dividendos		—	(145.748)	—	—	(145.748)
Saldos em 31 de dezembro de 2016		75.267	75.813	613	—	151.693
Aumento de Capital:		—	—	—	—	—
Portaria SUSEP/DI/ORG nº333 – 18/05/2017	18.a	2.694	(2.694)	—	—	—
Títulos e Valores Mobiliários		—	—	3.056	—	3.056
Lucro Líquido do Exercício		—	—	—	167.040	167.040
Proposta para Distribuição do Resultado:		—	—	—	—	—
Reserva Legal		—	539	—	(539)	—

... CONTINUAÇÃO das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

4.1. Riscos de Seguro

4.1.1. Contrato de seguro
O risco de seguro pode ser definido como sendo o risco transferido por qualquer contrato que exista a incerteza de que o evento de seguro ocorra (sinistro) e onde haja incerteza sobre o valor de indenização. Os contratos de seguro transferem risco significativo, onde possuímos a obrigação de desembolso de benefício adicional aos nossos segurados. Desta forma todas as áreas envolvidas no processo agem ativamente sobre a gestão de riscos de seguros, definição de políticas operacionais e avaliação de processos.

4.1.2. Risco de Subscrição
O risco de subscrição consiste principalmente dos riscos de prêmio e riscos de reserva. Atualmente são realizados estudos de reservas e subscrição que consistem na análise de suficiência de prêmio perante o passivo atuarial, estudos com metodologia estocástica com cenários econômicos para acompanhamento de reservas e/ou flutuações atípicas durante o período corrente por intermédio de metodologias atuariais. A política de subscrição da Seguradora leva em conta a estratégia de crescimento de todos os segmentos de negócio aliada a experiência da carteira. Periodicamente, estudos atuariais são elaborados para todos os segmentos de carteira. Nestes estudos medem-se a aderência do preço e da política de subscrição previamente estabelecidos e monitora-se métricas de controle de risco. Com base neste levantamento, mede-se o sucesso da estratégia e as possíveis oscilações são mitigadas. Há outras considerações importantes que precisam ser analisadas para permitir que o Risco de Subscrição seja bem gerenciado e mitigado, como a concentração de riscos por tipo e localização e estratégias de transferência de risco ou resseguros. A gestão de riscos de subscrição é realizada pela área Técnica Atuarial, em conjunto com as áreas de Operações, Compliance, Contabilidade, Produtos e Jurídica. No desenvolvimento, alteração ou extinção de cada um dos produtos, estes são submetidos a um Comitê de Produtos, responsável por aprovar as ações propostas com base no parecer de cada uma das áreas. O demonstrativo apresenta a concentração de risco no âmbito do negócio por região e por segmento baseada nos valores de prêmios emitidos líquido dos cancelamentos, restituições e das contribuições de risco. O acompanhamento da concentração de riscos é realizado por relatórios gerenciais onde são observados os resultados dos contratos vendidos por região geográfica e segmento de negócio.

Ramos	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Total
Compreensivo Residencial	11.263	17.640	4.362	250.101	31.573	314.939
Riscos Diversos	1.072	2.199	485	112.076	1.989	117.821
Seguro Empresarial	6.868	15.716	2.991	64.463	12.496	102.534
Habitacional – Prestamista	6.078	9.276	2.533	124.265	11.331	153.933
Habitacional – Demais Coberturas	2.884	4.071	1.052	61.084	5.138	74.229
Total	28.165	49.352	11.423	611.989	62.527	763.456

Ramos	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Total
Compreensivo Residencial	11.074	18.020	4.423	248.406	29.544	311.467
Riscos Diversos	10.287	16.772	3.773	103.391	19.116	153.339
Seguro Empresarial	258	569	116	138.254	633	139.830
Habitacional – Prestamista	4.265	6.748	1.790	55.666	7.558	79.037
Habitacional – Demais Coberturas	4.819	6.749	1.556	48.513	8.208	69.845
Total	30.703	51.868	11.658	594.230	65.059	753.518

4.1.3. Análise de Sensibilidade
O quadro abaixo demonstra a análise de sensibilidade nas premissas que impactam diretamente os valores das provisões técnicas, sendo cada premissa analisada isoladamente. Em ocorrência da imaterialidade das operações de resseguros o quadro abaixo demonstra somente os valores líquido de resseguros:

Premissas	Varição (+)	Impacto do Passivo em 2017	Impacto no Resultado em 2017	Varição (-)	Impacto do Passivo em 2017	Impacto no Resultado em 2017
Sinistralidade	+10%	4.266	(2.346)	-10%	(4.266)	2.346

Premissas	Varição (+)	Impacto do Passivo em 2016	Impacto no Resultado em 2016	Varição (-)	Impacto do Passivo em 2016	Impacto no Resultado em 2016
Sinistralidade	+10%	4.723	(2.598)	-10%	(4.723)	2.598

4.1.4. Tabela de Desenvolvimento de Sinistro

Ano de Ocorrência	Valores Brutos de Resseguro										
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Até a data-base	9.998	18.325	23.185	16.805	17.738	18.654	21.237	23.676	50.245	64.521	82.793
Um ano mais tarde	9.824	19.689	26.115	19.827	20.999	21.751	23.931	30.583	51.326	65.198	-
Dois anos mais tarde	9.839	19.854	25.756	20.077	21.997	21.651	25.826	31.449	50.664	-	-
Três anos mais tarde	9.914	19.908	25.997	20.294	21.722	23.562	24.679	30.360	-	-	-
Quatro anos mais tarde	9.821	20.073	26.037	20.645	22.849	24.268	25.883	-	-	-	-
Cinco anos mais tarde	9.916	20.091	26.191	21.027	22.928	23.640	-	-	-	-	-
Seis anos mais tarde	9.762	20.242	26.128	21.190	22.623	-	-	-	-	-	-
Sete anos mais tarde	9.800	20.239	26.139	21.582	-	-	-	-	-	-	-
Oito anos mais tarde	9.908	20.299	26.135	-	-	-	-	-	-	-	-
Nove anos mais tarde	9.929	20.315	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dez anos mais tarde	9.911	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Posição em 31/12/2017	9.911	20.315	26.135	21.582	22.623	23.640	25.883	30.360	50.664	65.198	82.793

Ano de Ocorrência	Valores Líquidos de Resseguro										
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Até a data-base	9.987	18.215	22.984	16.699	17.648	18.600	21.197	23.684	49.849	64.033	81.404
Um ano mais tarde	9.793	19.503	25.445	19.637	20.846	21.520	23.726	30.327	50.895	64.290	-
Dois anos mais tarde	9.808	19.663	25.418	19.872	21.440	21.400	25.610	31.193	50.249	-	-
Três anos mais tarde	9.883	19.711	25.694	20.086	21.556	23.300	24.473	30.111	-	-	-
Quatro anos mais tarde	9.804	19.864	25.724	20.436	22.677	24.000	25.668	-	-	-	-
Cinco anos mais tarde	9.899	19.882	25.877	20.812	22.753	23.373	-	-	-	-	-
Seis anos mais tarde	9.745	20.033	25.811	20.968	22.451	-	-	-	-	-	-
Sete anos mais tarde	9.783	20.030	25.821	21.356	-	-	-	-	-	-	-
Oito anos mais tarde	9.891	20.090	25.816	-	-	-	-	-	-	-	-
Nove anos mais tarde	9.912	20.106	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dez anos mais tarde	9.894	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Posição em 31/12/2017	9.894	20.106	25.816	21.356	22.451	23.373	25.668	30.111	50.249	64.290	81.404

Ano de Ocorrência	Valores Brutos de Resseguro Administrativos									
	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017			
Até a data-base	17.690	18.333	20.527	22.907	49.767	63.595	81.025			
Um ano mais tarde	20.230	20.438	20.889	28.249	49.584	62.435	-			
Dois anos mais tarde	20.105	19.984	23.089	27.682	48.604	-	-			
Três anos mais tarde	19.852	20.916	22.079	27.478	-	-	-			
Quatro anos mais tarde	21.067	21.067	23.059	-	-	-	-			
Cinco anos mais tarde	21.117	21.017	-	-	-	-	-			
Seis anos mais tarde	20.951	-	-	-	-	-	-			
Posição em 31/12/2017	20.951	21.017	23.059	27.478	48.604	62.435	81.025			

Ano de Ocorrência	Valores Brutos de Resseguro Judiciais									
	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017			
Até a data-base	48	321	710	969	478	925	1.768			
Um ano mais tarde	769	1.313	3.041	2.334	1.742	2.763	-			
Dois anos mais tarde	1.492	1.667	2.736	3.767	2.060	-	-			
Três anos mais tarde	1.870	2.647	2.600	2.882	-	-	-			
Quatro anos mais tarde	1.782	3.201	2.824	-	-	-	-			
Cinco anos mais tarde	1.811	2.623	-	-	-	-	-			
Seis anos mais tarde	1.672	-	-	-	-	-	-			
Posição em 31/12/2017	1.672	2.623	2.824	2.882	2.060	2.763	1.768			

Ano de Ocorrência	Valores Brutos de Resseguro Administrativos									
	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017			
Até a data-base	4	(9)	(12)	(228)	(104)	(349)	(1.371)			
Um ano mais tarde	(206)	(264)	(423)	(352)	(749)	(1.023)	-			
Dois anos mais tarde	(388)	(408)	(697)	(1.185)	(1.782)	-	-			
Três anos mais tarde	(771)	(501)	(1.119)	(1.760)	-	-	-			
Quatro anos mais tarde	(773)	(1.448)	(2.159)	-	-	-	-			
Cinco anos mais tarde	(1.050)	(1.589)	-	-	-	-	-			
Seis anos mais tarde	(1.484)	-	-	-	-	-	-			
Posição em 31/12/2017	(1.484)	(1.589)	(2.527)	(1.760)	(1.172)	(1.023)	(1.371)			

4.2. Riscos Financeiros
4.2.1. Risco de Crédito
O Risco de Crédito é definido como sendo o risco de que os emissores de ativos financeiros e/ou contrapartes de transações de investimento, coseguro ou resseguro não cumpram as suas obrigações de pagamento e/ou de liquidação das operações contratadas. A análise dos títulos que podem compor as carteiras segue fielmente os padrões estabelecidos pelas políticas internas do grupo que são revisadas quando necessário. A Seguradora está exposta ao risco de crédito por conta de seus ativos financeiros. O gerenciamento de risco de crédito inclui o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes individuais em relação às classificações de crédito dos ativos financeiros por agências de rating notoriamente reconhecidas. A carteira de investimentos de renda fixa é predominantemente composta por títulos públicos brasileiros. A política de investimentos define os limites com relação a classes de rating mínimo e os riscos de concentração. O quadro a seguir apresenta todos os ativos financeiros detidos pela Seguradora distribuídos por rating de crédito nacional de acordo com agências renomadas (S&P, Moody's e Fitch). Os ativos classificados na categoria "sem rating" compreendem substancialmente valores a receber de estipulantes que não possuem rating de créditos individuais.

Composição da Carteira por Classe e Categoria Contábil	AAA(br)	AA(br)	A(br)	Sem rating	Saldo contábil
Caixa e Bancos	-	4.131	-	-	4.131
Ativos Financeiros	-	248.230	-	375	248.605
Prêmios a Receber	-	-	-	321.764	321.764
Operações com Seguradoras e Resseguradoras	-	-	39	-	39
Exposição Máxima ao Risco de Crédito	-	252.361	39	322.139	574.539

Composição da Carteira por Classe e Categoria Contábil	AAA(br)	AA(br)	A(br)	Sem rating	Saldo contábil
Caixa e Bancos	3.457	-	-	-	3.457
Ativos Financeiros	-	218.245	-	185	218.430
Prêmios a Receber	-	-	-	306.884	306.884
Operações com Seguradoras e Resseguradoras	-	-	39	-	39
Exposição Máxima ao Risco de Crédito	3.457	218.245	39	307.879	529.620

4.2.2. Risco de Mercado

O risco de mercado é o risco de impacto financeiro devido às alterações no valor justo ou nos fluxos de caixa futuros dos instrumentos financeiros, em virtude de flutuações nas taxas de juros, preços e taxas de câmbio, em função do tipo de produto, do montante das operações, do prazo, das condições de controle e da volatilidade subjacente. A medição, controle e o monitoramento da área de risco de mercado são feitos sobre todas as operações nas quais se assume risco patrimonial. Esse risco decorre de variações nos fatores de risco citados acima, e do risco de solvência e liquidez dos vários produtos e mercados nos quais a Seguradora opera. Em todos os portfólios de mercado, estão relacionados ao monitoramento e controle das posições assumidas em cada fundo gerido, de maneira a garantir que todos os portfólios estejam adequados aos perfis de risco definidos. Além disso, a Área de Risco de Mercado contribui ativamente com as demais equipes da Gestora, com a elaboração de relatórios e análises que ajudem na adequação do risco ao perfil do fundo ou cliente. O controle de risco de mercado abrange todos os instrumentos financeiros constantes da carteira pertencente à Seguradora e os processos e controles relevantes relacionados. As posições são monitoradas semestralmente através de um controle das variações das carteiras com o objetivo de detectar possíveis riscos.

4.2.2.1. Taxa de Juros
O risco na taxa de juros resulta da variação na taxa de juros de mercado dos ativos que compõem o portfólio da Seguradora, impactando seus preços e, consequentemente, a rentabilidade do mesmo. A Seguradora efetua a análise da variação do valor patrimonial (MVE) às variações das taxas de juros. Essa análise serve para apurar a sensibilidade originada da defasagem entre as datas de vencimento e do movimento natural das taxas de juros dos diferentes elementos do balanço patrimonial da Seguradora. No caso do balanço da Zurich Santander Brasil Seguros S.A., seu risco é o descaimento entre as obrigações atuariais e seus ativos de proteção (hedge). O hedge de uma obrigação atuarial (pós-fixada) tem preponderância de ativos pré-fixados, portanto maior risco de alta de taxa de juros. A elaboração dos hedges para a proteção das obrigações atuariais deverá ser realizada de acordo com alterações significativas no fluxo do passivo ou aumento da exposição de suas obrigações. Portanto, é necessário o gerenciamento do déficit nas posições atuariais, a fim de evitar um descaimento de prazos que gere o risco da taxa de juros no balanço da Seguradora.

4.2.2.2. Risco de Taxa de Juros
A Seguradora utiliza a análise de sensibilidade como ferramenta de gestão de risco financeiro. Os resultados desta análise são utilizados para mitigação de riscos e para o entendimento do impacto sobre os resultados em condições normais e em cenário de volatilidade elevada. Estes testes levam em consideração impactos futuros nas taxas de mercado. Os resultados obtidos auxiliam no processo de decisão e na identificação de riscos específicos na gestão de ativos e passivos financeiros da Seguradora. A tabela demonstrada a seguir apresenta uma análise de sensibilidade para riscos sobre ativos financeiros da Seguradora, levando em consideração, a melhor estimativa da Administração sobre uma razoável mudança esperada destas variáveis e impactos potenciais sobre o resultado do exercício e sobre o patrimônio líquido da Seguradora. Vale ressaltar que os investimentos em LFT e NTN-B são pós-fixados, não apresentando, portanto, nenhum impacto quanto à variação de taxa de juros.

Ativos Públicos – Disponíveis para Venda Pré-fixados	Premissas	2017		2016	
		Saldo Contábil	Impacto no Patrimônio Líquido	Saldo Contábil	Impacto no Patrimônio Líquido
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	Aumento de 0.1 p.p. na taxa	97.178	(1.537)	95.641	-
Notas do Tesouro Nacional (NTN-F)	Aumento de 0.1 p.p. na taxa	60.128	(3.735)	56.393	-
Total		157.306	(5.272)	152.034	-

Ativos Públicos – Disponíveis para Venda Pré-fixados	Premissas	2017		2016	
		Saldo Contábil	Impacto no Patrimônio Líquido	Saldo Contábil	Impacto no Patrimônio Líquido
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	Aumento de 0.1 p.p. na taxa	43.569	(43)	43.526	-
Notas do Tesouro Nacional (NTN-F)	Aumento de 0.1 p.p. na taxa	38.921	(193)	38.728	-
Total		82.490	(236)	82.254	-

4.2.2.3. Risco de Câmbio
Ocorre quando o investimento é realizado em instrumentos financeiros denominados em moeda diferente daquela em que foi aberta a conta de origem. A Seguradora não possui instrumentos financeiros em moeda diferente da moeda funcional da entidade.

4.2.3. Risco de Liquidez
O risco de liquidez está relacionado tanto com a incapacidade de a Seguradora saldar suas compromissos, quanto aos sacrifícios ocasionados na transformação de um ativo em caixa para quitar uma obrigação. A política da Seguradora é manter uma liquidez adequada e liquidez contingente para atender suas obrigações tanto em condições normais quanto de estresse. O gerenciamento do risco de liquidez dos ativos, monitorado pela área de Investimentos é efetuado pela conciliação do fluxo de caixa da carteira de Investimentos com seus respectivos passivos (ALM), onde são aplicados modelos internos. Os investimentos financeiros são passados ativamente com uma abordagem de balanceamento entre qualidade, diversificação, liquidez e retorno de investimento. O principal objetivo do processo de investimento é otimizar a relação entre taxa, risco e retorno, alinhando os investimentos aos fluxos de caixa dos passivos. Para tanto, são utilizadas estratégias que levam em consideração os níveis de risco aceitáveis, prazos, rentabilidade, sensibilidade, liquidez, limites de concentração de ativos por emissor e risco de crédito. Em 31 de dezembro de 2017, os vencimentos dos ativos e passivos estão distribuídos conforme demonstrado na tabela abaixo:

||
||
||

... CONTINUAÇÃO das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Saldo em 2015	Aplicações	Resgates	Resultado Financeiro	Ajustes	Saldo em 2016
Disponíveis para Venda	270.137	538.495	(647.408)	44.468	12.738	218.430
Títulos Públicos	269.198	538.468	(646.601)	44.442	12.738	218.365
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	-	-	-
- LFT	76.479	463.882	(445.379)	17.409	(26)	112.265
Letras do Tesouro Nacional - LTN	137.502	63.545	(182.124)	22.248	2.398	43.569
- NTN-B	31.129	1.557	(16.248)	1.432	5.519	23.389
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	24.088	9.484	(2.850)	3.353	4.847	38.922
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	939	27	(807)	26	-	185
Títulos Privados	939	27	(807)	26	-	185
Outras Aplicações (Nota 22)	-	-	-	-	-	-
Total	270.137	538.495	(647.408)	44.468	12.738	218.430

5.3. Hierarquia do Valor Justo dos Ativos Financeiros

As informações sobre o valor justo de um ativo ou passivo do Grupo usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação detalhadas na nota 3.2.2.

	2017		2016	
	Nível 1	Nível 2	Nível 1	Nível 2
Disponíveis para Venda	248.230	375	248.605	218.245
Títulos Públicos	248.230	-	248.230	-
Títulos de Renda Fixa - NTN-B	15.583	-	15.583	-
Títulos de Renda Fixa - NTN-F	60.128	-	60.128	-
Títulos de Renda Fixa - LFT	75.341	-	75.341	-
Títulos de Renda Fixa - LTN	97.178	-	97.178	-
Títulos Privados	-	375	-	375
Outras Aplicações	-	375	-	375
Total	248.230	375	248.605	218.245

6 Créditos das Operações com Seguros e Resseguros

Compostos substancialmente pelas emissões diretas e cosseguros aceitos, e registrados no ativo circulante, os prêmios a receber estão assim compostos:

6.1. Prêmios a Receber - Composição

Ramos	2017		2016	
	Prêmios a Receber	Redução do Valor Recupervel	Prêmios a Receber Líquido	Prêmios a Receber Líquido
Compreensivo Residencial	158.260	(3.103)	155.157	153.100
Compreensivo Empresarial	80.770	(1.551)	79.219	61.314
Riscos Diversos	67.994	(1.564)	67.830	77.523
Habitacional	19.558	-	19.558	18.898
Total	326.582	(4.818)	321.764	310.835

6.1.1. Prêmios a Receber por Vencimento

	2017	2016
A Vencer até 30 dias	75.040	73.121
A Vencer de 31 até 60 dias	45.105	42.789
A Vencer de 61 até 90 dias	37.439	35.128
A Vencer de 91 até 120 dias	34.826	33.190
A Vencer Acima de 120 dias	128.188	121.559
Total a Vencer	320.598	306.435
Vencido até 30 dias	3.825	2.584
Vencido de 31 até 60 dias	1.372	1.196
Vencido de 61 até 90 dias	673	569
Vencido de 91 até 120 dias	95	39
Vencido Acima de 120 dias	19	12
Total Vencido	5.984	4.400
Total	326.582	310.835

6.1.2. Movimentação dos Prêmios a Receber

	2017	2016
Saldo no Início do Exercício	306.884	228.887
(+) Prêmios Emitidos Diretos	958.374	916.113
(-) IOF	(1.611)	(4.798)
(-) Riscos Vigentes não Emitidos - RVNE	(4.496)	(5.257)
(-) Prêmios Cancelados	(177.802)	(161.366)
(-) Recebimentos	(761.940)	(685.548)
(-) Redução ao Valor Recuperável	(867)	(1.257)
(=) Saldo no Fim do Exercício	321.764	306.884

O recebimento dos prêmios é de até 12 meses, exceto para o habitacional onde o prêmio é mensal e a quantidade de meses de pagamento do prêmio é o número de meses do contrato do empréstimo.

6.1.3. Movimentação da Redução do Valor Recuperável

	2017	2016
Saldo no Início do Exercício	3.951	2.693
Constituições	29.460	15.745
Reversões	(28.593)	(14.487)
Saldo no Fim do Exercício	4.818	3.951

A redução ao valor recuperável é constituída com base na Circular SUSEP nº 517/15, quando o período de inadimplência superar 60 dias da data do vencimento do crédito, sendo considerado também as parcelas a vencer do cliente inadimplente.

7 Títulos e Créditos a Receber

Descrição	2017	2016
Títulos e Créditos a Receber - Banco Santander S.A. (Nota 22)	9.555	1.392
Outros (I)	3.042	3.689
(-) Redução ao Valor Recuperável	(30)	(30)
Total	12.567	5.651

(I) O valor principal da conta de Outros Títulos e Créditos a Receber é o acerto financeiro entre as empresas Zurich Santander Brasil no valor de R\$ 3.042 em 31 de dezembro de 2017 (R\$3.689 em 31 de dezembro de 2016).

8 Créditos Tributários e Previdenciários

Descrição	2017	2016
Créditos Tributários (Nota 21g)	13.478	12.692
IRPJ e CSLL a Compensar - Temporário	670	1.654
PIS e COFINS a Compensar - Temporário	-	2.415
Total	14.148	16.761

9 Depósitos Judiciais e Fiscais

Descrição	2017	2016
Sinistros	1.424	974
Fiscais	52.361	48.463
Trabalhistas	36	2
Total	53.821	49.439

10 Custos de Aquisição Diferidos

10.1. Custos de Aquisição Diferidos Pagos

Os custos de aquisição diferidos referentes em operações de seguros, estão, registrados no ativo circulante e não circulante, e estão assim compostos:

Ramos	2017			2016		
	Corre-tagem	Agenciamto	Outros RVNE	Corre-tagem	Agenciamto	Outros RVNE
Compreensível	1.699	71.319	412	73.430	1.699	68.863
Residencial	3.208	11.981	15	15.204	8.381	190
Seguro Empresarial	1	46.944	4.311	51.256	-	55.458
Riscos Diversos	161	-	-	161	152	-
Demais Ramos	-	-	-	-	-	-
Totais	5.069	130.244	4.738	140.051	3.995	132.702

10.2. Movimentação do Custo de Aquisição Diferido

	30/12/2017			30/12/2016		
	Corre-tagem	Agenciamto	Outros RVNE	Corre-tagem	Agenciamto	Outros RVNE
Saldo no Início do Exercício	3.995	132.702	5.911	142.608	1.000	108.166
Constituições	63.021	234.502	9.959	307.482	52.490	312.548
Amortizações	(61.947)	(236.960)	(11.132)	(310.039)	(49.495)	(288.012)
Saldo no Fim do Exercício	5.069	130.244	4.738	140.051	3.995	132.702

11 Contas a Pagar

As obrigações a pagar, registradas no passivo circulante, estão assim compostas em 31 de dezembro de 2017:

Descrição	2017	2016
IOF sobre Operações de Seguros	23.771	20.243
PIS, COFINS E CSLL Retido de Terceiros	2.803	2.053
Outros	284	1.038
Total	26.858	23.334

11.2. Impostos e Contribuições

Descrição	2017	2016
IRPJ	47.710	46.003
CSLL	45.471	41.867
COFINS	2.279	2.368
PIS	370	385
Total	95.830	90.623

12 Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias

12.1. Provisões Judiciais

A composição das provisões judiciais está assim apresentada:

Descrição	2017	2016
Contingências Fiscais	56.474	51.064
Contingências Cíveis	3.224	3.762
Total	59.698	54.826

12.2. Movimentação das Provisões Judiciais:

Descrição	2017			2016		
	Fiscais	Cíveis	Total	Fiscais	Cíveis	Total
Saldo no Início do Exercício	51.064	3.762	54.826	45.256	1.368	46.624
Constituição Líquida de Reversão	5.410	(114)	5.296	5.808	7.147	12.955
Baixas por Pagamentos	-	(424)	(424)	-	(4.753)	(4.753)
Saldo no Fim do Exercício	56.474	3.224	59.698	51.064	3.762	54.826

12.3. Provisões Judiciais

(I) Não contempla os depósitos em garantia para contingências possíveis e/ou remotas e depósitos judiciais.

a) Contingências Fiscais e Cíveis

Os principais processos judiciais relacionados as obrigações tributárias, integralmente registradas, estão descritos a seguir:

PIS e COFINS - R\$5.647 (R\$3.838 em 31 de dezembro de 2016): a Seguradora distribuiu medida judicial com vistas a afastar a aplicação da Lei 9.718/1998, que modificou a base de cálculo do PIS e da COFINS para que incidissem sobre todas as receitas das pessoas jurídicas. Antes da referida norma, já afastada em decisões recentes do Supremo Tribunal Federal, eram tributadas apenas as receitas de prestação de serviços e de venda de mercadorias. Além disso, pleiteia-se a não tributação, na base de cálculo do PIS e da COFINS, dos juros sobre o capital próprio, instituída pelos Decretos 5.164/2004 e 5.442/2005.

Majoração de alíquota da CSLL - R\$50.822 (R\$51.634 em 31 de dezembro de 2016): a Seguradora impetrou Mandado de Segurança visando afastar a majoração de alíquota da CSLL imposta pela Medida Provisória (MP) 413/2008, convertida na Lei 11.727/2008. As empresas de seguros privados estavam sujeitas à alíquota de 9% para CSLL, entretanto, a nova legislação estabeleceu a alíquota de 15%.

b) Natureza dos Processos Cíveis

São ações judiciais relacionadas à cobrança de danos morais, lucros cessantes e danos emergentes. As contingências cíveis são provisionadas de acordo com a avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de realização de cada processo, na lei e jurisprudência de acordo com a avaliação de êxito e classificação dos assessores jurídicos.

c) Contingências Classificadas como Risco de Perda Possível

As ações de natureza fiscal com classificação de perda possível totalizaram R\$71 (R\$66 em 31 de dezembro de 2016).

13 Corretores de Seguros e Resseguros

Descrição	2017	2016
Compreensivo Residencial	2.301	2.741
Compreensivo Empresarial	2.771	1.945
Riscos Diversos	4.605	5.689
Habitacional	6.089	3.638
Outros	142	551
Total	15.908	14.564

14 Outros Débitos Operacionais de Seguros

Descrição	2017	2016
Compreensivo Residencial	22.858	18.802
Compreensivo Empresarial	12.066	2.922
Riscos Diversos	5.741	18.822
Outros	2.214	2.131
Total	42.879	42.677

15 Depósitos de Terceiros

Contempla o recebimento de prêmios relativos a documentos em fase de emissão, créditos de prêmios, cosseguros aceitos e resseguros, quando não identificados no ato do recebimento.

Descrição	2017						Total
	0 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 120 dias	121 a 180 dias	181 a 365 dias	
Prêmios e Emolumentos Recebidos	291	22	55	86	5	170	712
Total	291	22	55	86	5	170	712

Descrição	2016						Total
	0 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 120 dias	121 a 180 dias	181 a 365 dias	
Prêmios e Emolumentos Recebidos	295	37	48	26	30	78	514
Total	295	37	48	26	30	78	514

16 Provisões Técnicas - Seguros

16.1. Provisões Técnicas

A composição das Provisões Técnicas - Seguros está assim apresentada por agrupamentos de ramos:

Danos	Compre-ensio Resi-dencial		Riscos Diver-sos		Compre-ensio Empre-sarial		Habi-tacional		Demais		Total
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	
Provisão de Prêmios não Ganhos - PPNG	178.938	62.732	64.465	627	627	-	3.882	42.660	-	-	306.762
Provisão de Sinistros a Liquidar - PSL	16.481	(79)	8.945	13.431	3.882	-	-	-	-	-	30.689
Provisão de Sinistros Ocorridos e não Avisados - IBNR	2.671	895	10.622	5.472	-	-	-	-	-	-	19.660
Provisão de Despesas Relacionadas - PDR	506	-	152	170	221	-	-	-	-	-	1.049
Provisão de Despesas Relacionadas do IBNR	2.383	16	-	44	-	-	-	-	-	-	2.443
Total	200.979	63.564	84.184	19.744	4.103	372.574	-	-			

Zurich Santander Brasil Seguros S.A.

CNPJ/MF nº 06.136.920/0001-18

... continuação das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)
23 Novos Pronunciamentos ainda não Adotados

A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e não reconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em/ou após 1º de janeiro de 2018, com possibilidade de postergação para as Companhias de Seguros para 2021. Essa postergação,

inclusive, foi aprovada pelo Grupo Zurich.

A IFRS 15 exige reconhecer o montante da receita refletindo a contraprestação que elas esperam receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente. A nova norma é aplicável a partir de ou após 1º de janeiro de 2018. A Seguradora está avaliando o contexto dessa Norma e os efeitos que possam vir a apresentar nas suas demonstrações financeiras.

A IFRS 17 – Insurance Contracts – foi emitida em maio de 2017 pelo Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB) objetivando contribuir com investidores e outros stakeholders a

entender de forma mais adequada e transparente os aspectos de exposição ao risco, rentabilidade e posição financeira das empresas de seguros. A IFRS 17 substituiu a IFRS 4 publicada em 2004 e referendada pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC sob a nomenclatura de “CPC 11 – Contratos de Seguro” e pela SUSEP por meio da publicação da Circular SUSEP nº 379, de 19 de dezembro de 2008.

O prazo para implantação da IFRS 17 – Insurance Contracts – é até 1º de janeiro de 2021, prazo este que necessita ser aprovado e referendado pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

Conselho de Administração
Presidente

Francisco Raúl Nicolás Vargas

Conselheiros Efetivos

 Carlos Rey de Vicente
Christian Vink
Francisco del Cura Ayuso

 Gilberto Duarte de Abreu Filho
Gustavo Bortolotto
Manfred Hick

 Marcio Benevides Xavier
Luís Henrique Meirelles Reis

 Bernardino Gómez Arimendi
Cristian Ricardo Avendaño
José Carlos González González

Conselheiros Suplentes

 José Roberto Machado Filho
Juan Manuel Criado
Hélio Flagon Flausino Gonçalves

 Marcio Giovannini
Miguel Iniesta Soria
Santiago Álvarez Bartolomé

Diretoria Executiva
Diretor Presidente

Alfredo Lalia Neto

Diretor Financeiro

Jorge Andrés Brinklow Gutierrez

Diretores Produtos

 Cesar Alves Vital
João Batista Mendes de Angelo

Diretor Técnico Atuarial/Operações

Flávio Roberto Andreani Perondi

Comitê de Auditoria

Helio Fernando Leite Solino

Julio de Albuquerque Bierrenbach

Luiz Roberto Cafarella

Atuário Responsável Técnico

Flavia Picchioni Tavares – MIBA nº 1166

Diretor Responsável Técnico

Flávio Roberto Andreani Perondi

Contador

Renato Goulart da Costa – CRC 1RJ 080.827/O-9 “S” SP

Parecer dos Auditores Atuariais Independentes

Aos

Administradores e Acionistas da

Zurich Santander Brasil Seguros S.A.

São Paulo-SP

Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da **Zurich Santander Brasil Seguros S.A.**, em 31 de dezembro de 2017, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA, com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP.

Responsabilidade da Administração

A Administração da **Zurich Santander Brasil Seguros S.A.** é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as provisões técnicas, os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção estão livres de distorção relevante. Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuariário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuariário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração das provisões técnicas e dos ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações

Responsabilidade dos Atuários Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as provisões técnicas e os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as provisões técnicas, os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção estão livres de distorção relevante. Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuariário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuariário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração das provisões técnicas e dos ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações

financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da **Zurich Santander Brasil Seguros S.A.** para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da **Zurich Santander Brasil Seguros S.A.**.

Demonstrativo dos Valores Sujeitos à Auditoria Atuarial em 31/12/2017

Provisões Técnicas	Em Milhares R\$
Provisão de Prêmios não Ganhos – PPNG	306.762
Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL e IBNER)	42.660
Provisão de Sinistros Ocorridos e não Avisados – IBNR	19.660
Provisão de Despesas Relacionadas – PDR	3.492
Total de Provisões Técnicas (A)	372.574
Valores Redutores de Provisões Técnicas	Em Milhares R\$
Direitos Creditórios	254.073
Ativos de Resseguro Redutores de PSL	389
Provisões Retidas Pelo IRB	148
Total de Redutores (B)	254.610
Total das Provisões a serem garantidas (A – B)	117.964
Patrimônio Líquido Ajustado e Capital Mínimo Requerido	Em Milhares R\$
Patrimônio Líquido Ajustado – PLA (1) (a)	173.112
Capital Base (b)	15.000
Capital de Risco – Subscrição (c)	83.557
Capital de Risco – Crédito (d)	5.530
Capital de Risco – Mercado (e)	30.269
Capital de Risco – Operacional (f)	4.559
Redução por Correlação dos Riscos (g)	(20.670)
Capital de Risco (h)	103.245
Capital Mínimo Requerido (CMR) (i) = Maior entre (b) e (h)	103.245
Suficiência/(Insuficiência) do PLA (a) – (i)	69.867
Índice de Suficiência/(Insuficiência) do PLA em relação ao CMR	67,67%

(1) Apenas os acréscimos e deduções normativos em relação ao Patrimônio Líquido foram auditados e não o próprio Patrimônio Líquido, dado que o Patrimônio Líquido é uma conta que resulta de todas as posições ativas e passivas da entidade, inclusive aquelas além da abrangência de nossa auditoria atuarial.

Parecer do Comitê de Auditoria
1. Atividades do Comitê

No decorrer do exercício de 2017, o Comitê desenvolveu as seguintes atividades, cujos temas e discussões abordados, foram:

- Discussão dos procedimentos operacionais e do status do plano de trabalho do Comitê;
- Auditoria Interna – discussão do plano de trabalho para o exercício de 2017 e dos relatórios emitidos;
- Auditoria Externa – discussão do plano de trabalho e dos aspectos relacionados aos procedimentos de independência e qualificação dos Auditores Externos, bem como, dos relatórios emitidos e dos resultados alcançados decorrentes da auditoria das demonstrações financeiras do exercício de 2017;
- Controladoria – discussão dos processos de contabilização, avaliação das estimativas contábeis, consistência dos saldos contábeis e dos relatórios gerenciais;
- Revisão das demonstrações financeiras do exercício de 2017.

2. Auditoria Interna

O Comitê apreciou o plano de trabalho desenvolvido pela auditoria interna para o exercício de 2017 e os relatórios gerados. O Comitê considera que os trabalhos propostos e realizados pela auditoria interna para o exercício de 2017, mostram-se suficientes.

3. Auditoria Externa

O Comitê avaliou que os trabalhos desenvolvidos pelos auditores externos da Seguradora, Pricewa-

terhouseCoopers Auditores Independentes, foram adequados para suportar a sua opinião sobre as demonstrações financeiras do exercício de 2017.

4. Controladoria

Os processos de contabilização das principais operações são altamente automatizados, havendo pouca intervenção manual. Os saldos contábeis são conciliados com os registros auxiliares e não foram apuradas diferenças significativas, o que permite assegurar a sua consistência. As estimativas contábeis são feitas de acordo com critérios usualmente aceitos.

5. Demonstrações Financeiras

O Comitê revisou as demonstrações financeiras da Seguradora relativa ao exercício de 2017 bem como os respectivos relatórios da Administração.

6. Conclusão

Com base nas atividades desenvolvidas, conforme acima exposto, o Comitê recomenda ao Conselho de Administração da ZURICH SANTANDER BRASIL SEGUROS S.A. a aprovação das demonstrações financeiras, relativas ao exercício de 2017.

Membros		
Luiz Roberto Cafarella	Julio de Albuquerque Bierrenbach	Helio Fernando Leite Solino

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas

Zurich Santander Brasil Seguros S.A.
Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Zurich Santander Brasil Seguros S.A. (“Seguradora”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Zurich Santander Brasil Seguros S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Seguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor
A administração da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria

ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Seguradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Seguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Seguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria

em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora.
 - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
 - Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional.
 - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2018


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP 000.160/O-5

Maria José De Mula Cury
Contadora
CRC 1SP 192.785/O-4